

1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL  
2 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL  
3 ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
4

5 Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às nove horas, no Auditório Humberto  
6 Ludovico - ADASA, ocorreu a 31ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do  
7 Distrito Federal – CRH/DF, atendendo à convocação do seu Presidente, o Secretário de  
8 Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: **1** – Ordem  
9 do dia – item **1a)** Apreciação e votação da Ata da 30ª RO. **1b)** Política Distrital de Mudança  
10 do Clima – Desafios relacionados à mitigação e impactos – SEMA – Apresentação. **1c)**  
11 Avaliar estratégias para maior envolvimento e participação dos Conselheiros do CRH nas  
12 reuniões do Conselho, de forma que medidas possam ser tomadas para sanar a baixa  
13 participação apontada pelo Tribunal de Contas, conforme Ofício nº 657/2019 – GP, Decisão  
14 381/2019 e Relatório Final de Auditoria do TCDF – SEMA. **1d)** Acompanhamento das  
15 atividades da CTPA/CRH- Presidente da CTPA. **1e)** Relato dos representantes do DF no CBH  
16 – Paranaíba, a respeito da atuação do Comitê em 2019. **1f)** Atualização da representação do  
17 Distrito Federal/CRH no CNRH. **2** – Informes. **2a)** Ofício Circular nº033/2018/DIR/CBH –  
18 Paranaíba **2b)** Ofício Circular nº031/2018/DIR/CBH – Paranaíba. Estiveram presentes os  
19 seguintes Conselheiros (as): JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR/SEMA, MARIA CRISTINA  
20 COIMBRA MARODIN/SEMA, EDNA AIRES/SEDUH, JOSÉ VOLTAIRE  
21 PEIXOTO/SEAGRI, JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO/SO/DF, ALLEX DE MELO  
22 MORAES/SDE, TC QOPM CECÍLIO DOS SANTOS SOUZA/SSP/DF, ROSATILDE  
23 SANTANA CARVALHO/CACI/DF, GUSTAVO NOGUEIRA LEMOS/IBRAM/DF,  
24 JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA/ADASA, GUSTAVO ANTONIO  
25 CARNEIRO/ADASA, ALBA EVANGELISTA RAMOS/ADASA, SILVIA ANDREA  
26 CUPERTINO/CAESB, ELONEIDE MENEZES FRANÇA/CAESB, RODRIGO BATISTA  
27 DE OLIVEIRA/CEB, EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA FILHO/EMBRAPA,  
28 ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO/FIBRA, TEREZINHA LIMA/ÚNICADF,  
29 ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR/CBH MARANHÃO/DF, JOSÉ BRILHANTE  
30 NETO/CBH PRETO/DF, RICARDO TEZINI MINOTI/CBH/PARANAÍBA, CARLOS  
31 ALBERTO DE MIRANDA AVIZ/CBH PARANAÍBA/DF, RAQUEL DE CARVALHO  
32 BROSTEL/ABES/DF, MARCELO GANÇALVES RESENDE/UCB. Participaram como  
33 ouvintes: Ligia Silva Viveiros Gurgel/CAESB, Maricleide Maia Said/SEMA/DICOL e  
34 Raquel Pereira Miguel/ADASA. O Conselheiro Jair Vieira Tannús Subsecretário, primeiro  
35 suplente da SEMA justificou a ausência do Presidente do Conselho, Senhor Secretário de  
36 Meio Ambiente José Sarney e presidiu a reunião. Deu boas vindas aos Conselheiros e  
37 agradeceu a presença de todos. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação  
38 a reunião foi aberta em segunda convocação. O Presidente declarou aberta a reunião e  
39 procedeu com a leitura da ordem do dia: **item 1a da pauta:** apreciação e votação da Ata da  
40 30ª RO. Lembrou que a secretaria executiva não recebeu nenhuma consideração a ser inserida  
41 na Ata e submeteu à votação. A Ata foi aprovada por unanimidade a assinada na reunião. O  
42 Presidente sugeriu inversão de pauta o que foi aprovado pela Plenária, e prosseguiu com o  
43 **item 1c da pauta:** avaliar estratégias para maior envolvimento e participação dos  
44 Conselheiros do CRH nas reuniões plenária, de forma que medidas possam ser tomadas para  
45 sanar a baixa participação apontada pelo Tribunal de Contas, conforme Ofício nº 657/2019 –  
46 GP, Decisão 381/2019 e Relatório Final de Auditoria do TCDF. O Presidente informou que a  
47 Decisão 381/2019 - TCDFT é decorrente de auditoria operacional realizada para avaliar a  
48 estrutura e o funcionamento dos alguns Conselhos de Políticas Públicas vinculados às  
49 secretarias de Estado do DF. No relatório do conselheiro Márcio Michel Alves de Oliveira,  
50 consta uma recomendação para que “o CRH avalie e adote as medidas necessárias para sanar  
51 a deficiência quanto à baixa participação de membros indicados em reuniões do colegiado”. O  
52 Relatório informou que a média de participação está em 51% e que é preciso um maior  
53 engajamento por parte dos conselheiros. Os representantes do poder público têm 57% de

54 participação, no segmento de usuários da sociedade civil 46%. O Presidente informou que em  
55 breve a secretaria executiva do CRH notificará, via Ofício, todas as instituições com baixa  
56 participação nas reuniões do Conselho, conforme as orientações regimentais. Foi sugerida a  
57 criação de novas Câmaras Técnicas - CT no CRH, como forma de melhorar a participação das  
58 instituições. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que este assunto já foi debatido em  
59 outras reuniões. O receio é que, caso sejam criadas novas CTs, que os integrantes sejam  
60 sempre os mesmos. Neste caso, melhor seria permanecer com a Câmara Técnica Permanente  
61 de Assessoramento - CTPA e que, caso haja um assunto mais específico que se crie uma  
62 câmara técnica temporária para tratar o assunto pontual. O Presidente reforçou as palavras do  
63 Conselheiro Jorge Enoch para uma maior reflexão nesse assunto como forma de sanar a  
64 questão da participação dos conselheiros nas reuniões. A conselheira Raquel Brostel/ABES  
65 sugeriu que as reuniões ordinárias do Pleno fossem feitas todo mês porque aproxima mais os  
66 membros e se aprofunda melhor os temas, visto que as reuniões mais espaçadas dispersam o  
67 interesse dos Conselheiros. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que esse ano o  
68 Conselho ainda apreciará assuntos importantes, a exemplo da cobrança dos recursos hídricos,  
69 cuja proposta está sendo elaborada pelos CBHs. O Presidente prosseguiu com o item **1d** da  
70 pauta: acompanhamento das atividades da CTPA/CRH para o primeiro semestre de 2019.  
71 Convidou a Presidente da CTPA, conselheira Raquel Brostel/ABES/DF para proceder à  
72 apresentação. A Conselheira informou que no primeiro semestre de 2019 a CTPA realizou  
73 cinco reuniões, onde abordou os seguintes pontos de pauta: Planejamento das atividades 2019.  
74 Acompanhamento da execução das metas do PROGESTÃO. Acompanhamento do  
75 Cumprimento da Resolução CRH nº 02/2014, com as alterações da Resolução CRH nº  
76 03/2018. Aplicação dos recursos financeiros do PROGESTÃO: Resolução 3/2016 – CRH/DF,  
77 que definiu prioridades para aplicação dos recursos na elaboração do plano de bacia, na  
78 constituição da agência de bacias, na instituição da cobrança de uso recursos hídricos e  
79 implementação do fundo de recursos hídricos. Informou que, em maio de 2018, quando a  
80 CTPA analisou o tema aplicação dos recursos do PROGESTÃO a ADASA informou que das  
81 cinco parcelas que serão recebidas, três serão aplicadas no plano de bacia dos afluentes  
82 Paranoá. Uma seria aplicada na manutenção da rede de monitoramento e a última parcela  
83 ainda não tinha definição. Em 2019 a ADASA informou que o valor gasto do recurso do  
84 PROGESTÃO foi de R\$ 527.867,00 pago por meio do contrato com a CPRM – modernização  
85 da rede de monitoramento e R\$ 77.797,79 pago em maio de 2019. Há previsão para aplicação  
86 de R\$ 1.555.955,86, com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia dos afluentes do Paranaíba.  
87 Informou que segundo a ADASA a ANA já pagou três parcelas do PROGESTÃO e aguarda a  
88 liberação da 4ª Parcela, cujo relatório já foi enviado. A Presidente informou que a CTPA  
89 decidiu pelo desligamento da FAPE da CTPA em virtude das muitas faltas, em cumprimento  
90 ao determinado no regimento interno do CRH/DF e que os comitês de bacias hidrográficas do  
91 DF ocuparão a vaga em vacância e os próprios CBHs decidirão a forma de ocupação da vaga.  
92 A Presidente agradeceu a todos e finalizou a apresentação. O Conselheiro Jorge Enoch  
93 informou que o SIRH e o SISDIA são coisas diferentes e, não necessariamente, um integra o  
94 outro. O SIRH é o Sistema de Informação de Recursos Hídricos do Distrito Federal,  
95 gerenciado pela ADASA. Sugeriu que o CRH conceda pauta para que a ADASA possa a  
96 apresentar o sistema ao Conselho para melhor compreensão do que está trabalhado no mesmo.  
97 O Presidente manifestou que poderá ser apresentado na próxima reunião do Conselho. Sobre  
98 o Plano de Capacitação do PROGESTÃO o Conselheiro Ricardo Minoti/CBH Paranaíba/DF  
99 lembrou que o problema identificado no plano de capacitação também alcança os CBHs que,  
100 por meio do PROCOMITÊS precisa capacitar os integrantes dos CBHs. Sugeriu que durante  
101 as reuniões do CRH sejam apresentadas palestras de temas afetos aos recursos hídricos e que  
102 estas possam ser contabilizadas no âmbito do plano de capacitação. A proposta foi submetida  
103 à votação, aprovada por unanimidade, contudo, foi informado que a capacitação do  
104 PROGESTÃO precisa seguir algumas orientações e que estas precisam ser observadas na  
105 realização da capacitação. A Conselheira Alba/ADASA falou a respeito do plano de  
106 capacitação em nível do Pró Gestão e Pró Comitês que já está aprovado e pactuado com a

107 ANA. Lembrou que todo o sistema de gerenciamento de recursos hídricos tem que ser  
108 capacitado em todos os níveis, mas que está encontrando alguma dificuldade para essa  
109 realização. A Conselheira sugeriu que, a cada reunião do Conselho, se pautar uma palestra  
110 sobre um assunto, selecionado previamente, e que depois de cada apresentação emita-se um  
111 certificado e isto irá configurar uma capacitação no âmbito do PROGESTÃO e  
112 PROCOMITÊS. A Conselheira Alba/ADASA se colocou à disposição para auxiliar na  
113 organização de divulgação e elaboração de certificação. A sugestão foi acolhida e aprovada  
114 pelo Plenário, com a recomendação de se observar as determinações do Plano de  
115 Capacitação/PROGESTÃO e PROCOMITÊS, para validar as palestras como capacitação dos  
116 entes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A Presidente da CTPA pediu ao  
117 Presidente da reunião que submetesse à apreciação do Pleno a proposta de alocação de  
118 recursos apresentada pela ADASA. Lembrou que a aplicação do recurso da rede de  
119 monitoramento não está prevista nas prioridades estabelecidas na Resolução 3/2016 do  
120 CRH/DF, logo, não está compatível com as prioridades estabelecidas pelo Pleno. Informou  
121 que a ADASA apresentou essas justificativas e é preciso que o Conselho delibere sobre a  
122 nova destinação de recursos. O Presidente submeteu à votação e esta foi aprovada na forma  
123 como apresentada a este Conselho pela Presidente da CTPA. Sobre o Art. 1ª, inciso II da  
124 Resolução CRH 03/2018: Consolidação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da  
125 Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal, por meio da articulação e  
126 integração dos sistemas existentes no Distrito Federal com suporte do SISDIA, até dezembro  
127 de 2019. Até aqui a Presidente da CTPA/CRH sugeriu a substituição da CT de implantação  
128 do Sistema de Informações de RH por um GT, no âmbito da CTPA. Caso aprovado por este  
129 Conselho, o GT irá propor os objetivos e produtos esperados, para submeter ao CRH. O  
130 Presidente da reunião submeteu à apreciação e a proposta de criação do GT no âmbito da  
131 CTPA, em substituição à CT foi aprovada por maioria do Plenário. O GT ficou assim  
132 constituído: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/DF; Instituto  
133 do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental-IBRAM;  
134 Universidade de Brasília – UnB; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do  
135 Distrito Federal – EMATER; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA;  
136 Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal/DF – CAESB; Agência Reguladora  
137 de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA/DF; Comitê de Bacias  
138 Hidrográficas do DF- CBHs/DF e Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal  
139 - SEMA/DF. A Presidente da CTPA informou que conversou com a coordenadora de GT  
140 sobre normas gerais de outorga, a senhora Maria Sílvia Rossi/SEMA, que informou que  
141 entregará à CTPA o relatório final do GT ainda no mês de agosto. A Presidente da CTPA  
142 solicitou que o CRH intervenha junto ao IBRAM para que aquele órgão fortaleça a área de  
143 recursos hídricos e, informou que o IBRAM não teve participação nas últimas reuniões da  
144 CTPA. A Presidente sugeriu ainda, que o CRH inicie as discussões para a criação do Fundo  
145 de Recursos Hídricos do DF. Lembrou que o PROCOMITÊS receberá recursos da ordem de  
146 R\$ 150.000,00, a serem disponibilizados a partir de 2010. A Diretora de Colegiados,  
147 Maricleide Said/SEMA lembrou que, em acordo com a legislação, os CBHs figuram como  
148 entes da sociedade civil e, chamou atenção para o fato de que isto precisa ser revisto, pois os  
149 CBHs são entes do poder público. O Conselheiro Ricardo Minoti/CBH Afluentes do  
150 Paranaíba/DF sugeriu que seja revista a legislação para adequar a condição dos CBHs como  
151 entes de Estado. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que não é uma situação muito  
152 fácil e rápida mudar uma lei. Finalizadas as considerações o Presidente submeteu à votação a  
153 substituição da FAPE pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do DF na CTPA, o que foi  
154 aprovado por unanimidade, ficando a cargo dos CBHs definir como será a representação dos  
155 CBHs na CTPA, visto que o DF tem três Comitês. O Presidente retomou o item **1b da pauta:**  
156 Política Distrital de Mudança do Clima – Desafios relacionados à mitigação e adaptação –  
157 SEMA. Convidou a Senhora Larissa Schmidt/SEMA para proceder à apresentação. A  
158 apresentadora fez um pequeno histórico do posicionamento do Brasil na política global do  
159 clima. Lembrou que os compromissos assumidos pelo Brasil, em 2012, na convenção das

*Alba* *A* *Alina Dima*

160 Nações Unidas e em 2016, no Acordo de Paris – NDC criaram obrigações para o País  
161 implantar medidas para uma atuação concreta, tanto no combate às causas quanto aos efeitos  
162 danosos do aquecimento global. Informou que na NDC, o Brasil se comprometeu a reduzir as  
163 emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma  
164 contribuição subsequente indicativa de, em 2030 reduzir as emissões de gases de efeito estufa  
165 em 43% abaixo dos níveis de 2005. Para isso, o País se comprometeu a aumentar a  
166 participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18%  
167 até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma  
168 participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em  
169 2030. A apresentadora informou que no âmbito do GDF, a Lei Distrital nº 4.797, de 06 de  
170 março de 2012, determina que a Política de Mudança Climática do Distrito Federal deve  
171 assegurar a contribuição do Distrito Federal no cumprimento dos propósitos da Convenção  
172 Quadro, incluindo-se a obrigação de redução progressiva do uso de combustíveis fósseis, em  
173 pelo menos, 10% a cada ano, tendo como ano base – 2011. Além disso, há a obrigação legal  
174 imposta ao GDF, pela referida Lei Distrital, de utilização, até 2020, de combustível renovável  
175 não fóssil para todos os ônibus do sistema de transporte público do Distrito Federal. A  
176 senhora Larissa apresentou as ações do DF que visam à adaptação aos efeitos adversos das  
177 mudanças do clima: plano de enfrentamento aos efeitos do clima. Disse que o DF tem  
178 projeções de clima para a região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno  
179 já entregues pelo CGDPI, incluindo tendências de temperatura e precipitação (1961 – 2100),  
180 mapas de mudanças médias na chuva e ilhas de calor. Lembrou que algumas ações estão em  
181 andamento: atualização do Inventário de Gases de Efeito Estufa, considerando-se as  
182 principais fontes emissoras (transporte veicular, cimenteiras e ETEs – Estações de Tratamento  
183 de Esgoto). Busca de recursos para a implantação de usinas fotovoltaicas em órgãos públicos.  
184 Identificação de áreas degradadas no âmbito de áreas protegidas, áreas periurbanas e urbanas:  
185 recuperação como sumidouros de carbono, contribuindo para a compensação das emissões do  
186 DF; estudos para determinar a viabilidade de um mercado de carbono e mitigação de emissões  
187 das atividades administrativas do GDF. Também estão sendo adotadas medidas na área de  
188 energia: discussão sobre as possibilidades do aumento da desoneração fiscal para energia  
189 instalada no âmbito da legislação federal e distrital vigentes; atuação concentrada do GDF  
190 para o desenvolvimento de um modelo de incentivos e fomento aos investidores na área de  
191 geração de energia fotovoltaica no DF; melhoria dos sistemas de financiamento, incluindo-se  
192 a maior difusão de informações e diminuição de entraves burocráticos. A apresentadora  
193 informou que algumas ações estão sendo implementadas, a exemplo do inventário e  
194 descarbonização das atividades administrativas do GDF, bem como outras condições distritais  
195 determinadas na área de transporte, das cimenteiras e estações de tratamento de esgoto.  
196 Finalizou a apresentação. O Conselheiro Antônio Carlos/FIBRA chamou a atenção para a  
197 complexidade do tema e ressaltou que o assunto deve ser tratado de forma pontual. Lembrou  
198 que a Fibra está desenvolvendo, em processo adiantando, implementação de duas usinas de  
199 processamento do lixo do DF e que ambas estarão produzindo energia. Uma delas em  
200 Sobradinho/DF vai produzir energia e CDR – energia fotovoltaica - que seria feito com  
201 processamento na cimenteira. Outra implantada na Ceilândia/DF que está produzindo energia  
202 e madeira biosintética. Essa implementação está sendo feita para que possamos trabalhar no  
203 DF com a ideia de lixo zero, considerando que o aterro sanitário não é uma solução definitiva.  
204 Salientou que é preciso eliminar a ideia de aterro. A alternativa é transformar o lixo em  
205 energia e subproduto. Lembrou que o gás metano que está sendo desperdiçado no aterro  
206 poderia ser armazenado e utilizado no transporte público. Destacou que a ideia é instalar de 4  
207 a 5 unidades dessas usinas no DF, sendo possível tratar 100% do lixo do DF. O Conselheiro  
208 Jorge Enoch/ADASA ratificou as palavras do Conselheiro da Fibra e lembrou que a CAESB  
209 será bastante beneficiada com o uso de energias alternativas visto que é a principal  
210 consumidora de energia do DF. O Presidente da reunião informou que está em análise no  
211 GDF uma proposta de aproveitamento do biometano e que em breve será lançado um edital  
212 para o aproveitamento energético proveniente do lixão. A Conselheira Ligia/CAESB

213 informou que a CAESB tem implantado o programa de eficiência energética, células  
214 fotovoltaicas, não só na sede, mas também em outras unidades. A CAESB está em tratativas  
215 com o governo e o SLU sobre o recebimento de efluentes. A instituição não se nega a receber  
216 se houver a condição, mas atualmente, esse efluente está excessivo e isto compromete o  
217 tratamento das estações. Nesse sentido está sendo feita conversa com o GDF e SLU para  
218 chegarem a um entendimento. A Conselheira Raquel Brostel/ABES/DF falou a respeito da  
219 apresentação e perguntou se tem um plano de ação para a implementação das ações  
220 mencionadas na apresentação. Finalizadas as considerações, o Presidente prosseguiu com o  
221 **item 1e da pauta:** Relato dos representantes do DF no CBH – Paranaíba. Convidou o  
222 Conselheiro Gustavo/ADASA que informou que, em relação aos recursos cobrados pelo uso  
223 dos recursos hídricos de 2018, no âmbito do CBH Paranaíba, o DF submeteu sete projetos:  
224 projeto de preservação de água em pequenos reservatórios revestidos com lona; implantação  
225 de poços tubulares profundos em propriedades rurais; hidrometração do uso: programa  
226 hidrômetro para todos; conservação da água e solo na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto  
227 e Pipiripau; capacitação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais em escolas  
228 públicas para uso múltiplo; cisternas e viveiros nas escolas; recomposição de revegetação  
229 nativa do Cerrado por semeadura direta na Bacia do Descoberto com apoio da SEAGRI e  
230 implantação de saneamento básico em propriedades rurais. O montante desses sete projetos  
231 totaliza R\$ 1.465.502,00. Dos sete projetos, um está em fase de execução: reservatórios  
232 lonados. Os outros estão em fase de contratação. Sobre os recursos cobrados em 2019, a  
233 ABHA adotou nova sistemática para seleção de projetos. Em 2019 foram apresentados dois  
234 projetos pelo DF e um foi aprovado: revestimento do primeiro trecho do canal Santos  
235 Dumont. Dos 22 projetos submetidos ao Comitê apenas quatro foram aprovados. O  
236 Conselheiro Gustavo/ADASA lembrou que a ABHA agência do CBH Paranaíba está com  
237 muitas dificuldades financeiras para administrar a agência, visto que a legislação só permite  
238 aporte de até 7,5% para aplicação em gestão. Uma alternativa para melhorar a  
239 sustentabilidade da ABHA seria trazer para a Agência a cobrança das Bacias afluentes: Estado  
240 de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Salientou que é importante o DF acompanhar estas  
241 discussões para alinhar com o que está sendo pensado no DF. O Conselheiro Ricardo  
242 Minoti/CBH Paranaíba corroborou as palavras do Conselheiro Gustavo/ADASA e destacou  
243 dois pontos: nas discussões sobre cobrança, pautadas em 2018, ficou acertado que 60% dos  
244 recursos oriundos dos Estados retornaria para o próprio Estado. Disse ser importante  
245 considerar as negociações já processadas. Lembrou que os Estados precisam participar mais  
246 efetivamente destas discussões. O Conselheiro destacou também a importância da  
247 participação do IBRAM no Comitê federal. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que  
248 o acordo que garante o retorno de 60% da arrecadação feita nos Estados de origem dos  
249 recursos da cobrança foi resultado de grande articulação feita no passado, pelos entes do  
250 Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF. Lembrou que á época havia a  
251 possibilidade de judicialização e esta hipótese não está afastada. Salientou que esta pauta é de  
252 grande importância para o DF, visto que a CAESB é um dos maiores pagadores da Bacia, daí  
253 a importância de o DF se apropriar desta pauta e ir lá defender o retorno do recurso. O  
254 Conselheiro Gustavo Lemos/IBRAM manifestou que o IBRAM passou por uma estruturação  
255 e isso dificultou a participação nas reuniões do mencionadas pelo Conselheiro Ricardo,  
256 contudo, a proposta do IBRAM é que a partir destas nomeações a participação seja efetiva  
257 com contribuição e representatividade mais eficaz. O Presidente prosseguiu com o **item 1f da**  
258 **pauta:** Atualização da representação do Distrito Federal/CRH no CNRH. O Presidente  
259 esclareceu que existe representante do DF em câmara técnica do CNRH que não faz parte da  
260 instituição a qual representa dessa forma, é necessário substituí-lo: CTIL. Também pode ser  
261 aproveitada a oportunidade para atualizarmos os que por ventura precisem de atualização. O  
262 Conselheiro Jorge Enoch/ADASA, representante do CRH/DF no CNRH no mandato de 2018-  
263 2020, ressaltou que é muito importante que os representantes do DF no CNRH tragam para o  
264 CRH um relatório das atividades e discussões que ocorrem no âmbito destas CT do CNRH.  
265 Lembrou que isto é demanda antiga deste Conselho e que não está sendo atendida. O

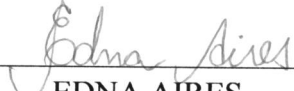
266 Conselheiro lembrou que em 15 de junho de 2018 aconteceu uma reunião do CNRH, para  
267 definir a participação dos Conselhos estaduais para o mandato de 2018-2021, na qual o DF,  
268 que divide a vaga com o Estado do Paraná, passou a ser o titular da vaga e o Paraná o  
269 suplente. Essa inversão ocorre a cada quatro anos. O Conselheiro ressaltou que em 2018  
270 foram abordados os seguintes temas no CNRH: atualização dos valores cobrados das bacias  
271 do Paraíba do Sul e PCJ, avaliação de mecanismos e valores na cobrança da Bacia do Rio  
272 Doce - delegação de competência para a ABHA para atuar como Agência de Bacia no CBH  
273 Paranaíba, onde o DF também teve uma participação importante na composição de um  
274 Comitê de Ética no CNRH, para regular as discursões ali processadas. Também foram  
275 debatidas as Resoluções e as Moções que recomenda a não aprovação do substitutivo do PL  
276 86, que alterava a Lei 9.433, com a inclusão de revitalização de bacias como mais um  
277 instrumento de gestão de recursos hídricos. Recomendou a não aprovação da MP 844 - novo  
278 marco legal do saneamento básico, recomendou a regularização de repasse da cobrança em  
279 Minas Gerais que estava com problemas e recomendou a implementação da cobrança no  
280 Espírito Santo conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos/ES. Após  
281 articulação da SEMA em seis de outubro de dois mil e dezoito foi mandado ofício com o  
282 interesse dos CRH/DF em participar de quatro das cinco câmaras técnicas do CNRH, em  
283 processo de renovação de membros. Informou que em dezembro de 2018 aconteceu a última  
284 reunião do ano do CNRH onde foi aprovada a titularidade do DF nas CTs de Análise de  
285 Projetos, na Ciência e Tecnologia e na Outorga e Ações Regulatórias, finalizou. O Presidente  
286 manifestou que é interesse do Secretário da SEMA que a vaga de titular na CTIL permaneça  
287 na SEMA, assim como a titularidade da CTPOAR e propõe a substituição do representante da  
288 ADASA na terceira suplência da CTPOAR. Essa é a proposta da SEMA ao Plenário. A  
289 SEMA indica a senhora Ludmylla Castro Moura, que é advogada, para integrar a CTIL. A  
290 senhora Eloneide/CAESB manifestou que a CAESB tem interesse em continuar ocupando  
291 vaga na CTAP. A proposta final da representatividade do CRH-DF no CNRH foi: CTIL –  
292 SEMA (Ludmylla Castro e Moura) e Adasa (a indicar). Para a CTAP – CAESB (Flávio  
293 Santos Gonçalves). Houve consenso e a proposta foi aprovada. Os demais representantes  
294 permanecem, conforme indicação já proferida no CNRH pelo CRH/DF, a saber: CTPOAR:  
295 SEMA (Maria Sílvia Rossi), 2º Suplente: Gustavo Antonio Carneiro, que substitui o Rafael  
296 Machado Mello. O Presidente prosseguiu com o **item 2 da pauta**: informes. Foi informado  
297 pelo Presidente da reunião que, em 2018 o CBH Paranaíba recebeu ofício solicitando apoio ao  
298 CRH para encaminhar Moção dirigida ao CNRH, onde solicitava a regulamentação do repasse  
299 de 7,5% referente à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Sobre o teor  
300 do ofício, o CBH Paranaíba informou que a ANA respondeu diretamente ao CBH Paranaíba  
301 informando da impossibilidade legal de atendimento do pleito. O outro ofício solicita apoio  
302 do CRH para envio de Moção dirigida à ANA, ao qual o CBH Paranaíba informou que a  
303 ANA também já respondeu ao solicitado no Ofício. O Conselheiro Ricardo Minoti/CBH  
304 Paranaíba esclareceu que o Plano de Bacia do Paranaíba/DF estará pronto até o final de 2019.  
305 Até o final do ano a equipe terá realizado mais de cinquenta reuniões/oficinas no CBH  
306 Afluentes do Paranaíba/DF. Surgiu uma demanda no Comitê em relação à consulta pública do  
307 Plano do Setor Habitacional Taquari etapa II, que está sendo trazido para ao conhecimento  
308 deste Conselho para que possa opinar sobre o assunto. O Conselheiro sugeriu que o CRH  
309 envie Moção à SEDUH e à 4ª PRODEMA/MPDFT recomendando a prorrogação de prazo da  
310 consulta pública relativa ao Projeto Setor Habitacional Taquari Etapa II - DIUR 04/2019  
311 (Processo SEI 00390-00006326/2018-13). A proposta foi submetida à apreciação do Plenário  
312 e foi aprovada por unanimidade. Esgotada a pauta e não havendo mais considerações, o  
313 Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos  
314 Conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR  
SEMA/DF

---

MARIA CRISTINA C. MARODIN  
**SEMA**

---

  
EDNA AIRES  
**SEDUH**

---

JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO  
**SEAGRI**

---

JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO  
**SO/DF**

---

  
ALLEX DE MELO MORAES  
**SDE**

---

TC QOPM CECÍLIO DOS S. SOUZA  
**SSP/DF**

---

ELONEIDE M. FRANÇA ARRUDA  
**CAESB**

---

  
RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL  
**ABES/DF**

---

MARCELO GONÇALVES RESENDE  
**UCB**


---

  
ROSATILDE SANTANA CARVALHO  
**CACI/DF**

---

GUSTAVO NOGUEIRA LEMOS  
**IBRAM**

---

  
JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA  
**ADASA**

---

  
GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO  
**ADASA**

---

  
ALBA EVANGELISTA RAMOS  
**ADASA**

---

SILVIA ANDREA CUPERTINO  
**CAESB**

---

RODRIGO BATISTA DE OLIVEIRA  
**CEB**

---

  
EDUARDO CYRINO DE O. FILHO  
**EMBRAPA**

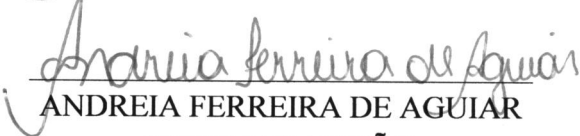
---

  
ANTONIO CARLOS DE A. NAVARRO  
**FIBRA**

---

TEREZINHA LIMA  
**ÚNICADF**

---

  
ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR  
**CBH/MARANHÃO**

---

  
RICARDO TEZINI MINOTI  
**CBH/PARANAÍBA**

---

  
JOSÉ BRILHANTE NETO  
**CBH/PRETO**

